



**PRESIDENTE**

---

Sua referência:

Sua comunicação:

013789 08-11 '18 08:49

Ofício nº:

Nossa referência:

Data:

Exm<sup>o</sup>. Senhor

Presidente da Direção da Associação Nacional de  
Assembleias Municipais

Dr. José Manuel Pavão

Rua Bento de Jesus Caraça, nº248, sala 20  
4200 – 128 Porto

**ASSUNTO: ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais  
Fiscalização Prévia – 2189/2018**

No âmbito do pedido de fiscalização prévia da deliberação dos órgãos do Município de Faro – Proposta nº104/2018/CM, de 18 de junho, relativa à adesão à ANAM, veio o Tribunal de Contas através do ofício nº DECOP-UAT.2/31396/2018, de 30/10/2018, do qual se junta cópia, informar da decisão tomada em sessão diária de visto, como a seguir se transcreve:

*“Em sessão diária de visto, decide-se que a deliberação submetida a fiscalização prévia não se encontra sujeita a visto na medida em que não se enquadra em nenhuma das previsões do artº. 46º, nº1 da LOPTC e também não é suscetível de enquadramento na Lei 50/2012 (atentos os art.ºs 1º, n.º2 e 59º, n.º 1 desse diploma).”*

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara Municipal,

Rogério Bacalhau Coelho

DCPEF/ac

Registado



Largo da Sé,  
8004-001 Faro, Portugal

Tel. 289 870 870  
Fax. 289 870 039

geral@cm-faro.pt  
www.cm-faro.pt  
Nif: 506 579 425

**Gabinete do Presidente**

Largo da Sé  
8004-001 Faro, Portugal

Tel.: 289 870 037

Fax: 289 870 039

presidente@cm-faro.pt



TRIBUNAL DE  
CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

2018-10-31  
A. DAGP

S - DECOP-UAT.2/31396/2018 - 2018-10-30  
2189/2018

REGISTADO



Exmo(a). Senhor(a)  
Presidente da Câmara Municipal  
Município de Faro  
Rua do Município  
8000-398 FARO

Vossa Referência

Nossa Referência  
DECOP-UAT.2/31396/2018  
2018-10-30

Assunto: **Processo(s) de Fiscalização Prévia**  
2189/2018

Tenho a honra de notificar V. Ex.<sup>a</sup> de que, em Sessão Diária de Visto, de 2018-10-25, no âmbito do(s) processo(s) de fiscalização prévia acima identificado(s), foi proferida a seguinte decisão:

*"Em sessão diária de visto, decide-se que a deliberação submetida a fiscalização prévia não se encontra sujeita a visto na medida em que não se enquadra em nenhuma das previsões do art.º 46º, n.º 1 da LOPTC e também não é suscetível de enquadramento na Lei 50/2012 (atentos os art.ºs 1º, n.º 2 e 59º, n.º 1 desse diploma).*

*Devolva-se à entidade requerente."*

Informa-se que não são devidos emolumentos nos termos da lei.

Junto se anexa o(s) original(ais) do(s) ato(s)/contrato(s).

Com os melhores cumprimentos.

A Auditora-Coordenadora  
(por subdelegação de assinatura)

Ana Luísa Nunes

(11)